

Visões de um quase acontecimento

desenvolvimento, sustentabilidade e as disputas de sentido no debate midiático sobre Belo Monte

Luciana de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, L. Visões de um quase acontecimento: desenvolvimento, sustentabilidade e as disputas de sentido no debate midiático sobre Belo Monte. In: TRAVANCAS, I., and NOGUEIRA, SG., orgs. *Antropologia da comunicação de massa* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Paradigmas da Comunicação collection, pp. 251-282. ISBN 978-85-7879-332-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Visões de um quase acontecimento: desenvolvimento, sustentabilidade e as disputas de sentido no debate midiático sobre Belo Monte

Luciana de Oliveira

Introdução

A tomada de consciência sobre a existência de uma questão ambiental pode ser pensada como um dos grandes acontecimentos constituintes da contemporaneidade. A potência dos acontecimentos se consubstancia na abertura do debate em torno de campos problemáticos. No artigo, analiso os discursos sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental presentes numa amostra do debate midiático nacional sobre a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira que dão a ver – fazem-fazer e fazem-falar (LATOURE, 2002) – atores e enquadramentos tradutores de modos de entendimento acerca das relações entre natureza-cultura que se colocam em disputas hegemônicas de sentido (LACLAU; MOUFFE, 2004). A disputa pressupõe uma rearticulação hegemônica permanente, devendo ser pensada ao nível das superfícies

discursivas. Assim sendo, elegi a observação da realidade social no campo da articulação, renunciando à sociedade como totalidade fundante e admitindo radicalmente seu caráter processual.

É preciso salientar que o que se apresenta tanto no caso amplo da questão ambiental, quanto no caso particular da construção de Belo Monte, é um quase acontecimento, na medida em que “a grande catástrofe” no caso da questão ambiental ou os efeitos positivos ou negativos da construção da usina, são, por hora, uma eminência, vivida predominantemente no campo narrativo, porém com alto grau de afetação tanto na vida cotidiana dos cidadãos quanto na mobilização de interesses em torno de uma disputa política repleta de antagonismos e assimetrias.

A pesquisa recorta temporalmente o debate na fase pré-via à concessão da Licença de Instalação da Usina que ocorre em junho/2011. Além disso, a experiência de Belo Monte é para a maioria dos cidadãos brasileiros uma experiência vivida *pela* e *com* a “mediação da mídia”. Ambos os elementos são fundamentais para caracterizar o que estou chamando de quase acontecimento. De maneira mais ampla, gostaria de enfatizar que quase acontecer é um modo de acontecer, valendo investigar esse quase como atributo de alguns acontecimentos. Nesse sentido, a dicotomia *realidade X representação* perde terreno como base explicativa bem como a dicotomia correlata *fato X acontecimento midiático* via da qual se enfatiza o acontecimento como a narrativa do fato.

Delineamento da questão: acontecimento, quase acontecimento e Belo Monte

No contexto da comunicação, olhar para os fenômenos sob a lógica do acontecimento implica admitir que os fatos que ganham visibilidade e mobilizam um debate público podem introduzir algo

de novo, não estando condicionado aquilo que os provocou. Queré (2005, 2012) e França (2012) têm buscado assinalar a potência do acontecimento em abrir o debate público sobre temas e problemas, muitas vezes, não visíveis e de produzir socialidade a partir das apropriações cotidianas que lhe imputam sentidos e se materializam por meio da sua narrativização, consolidando experiências do viver em comum de variado grau de intensidade.

Há uma dualidade temporal no acontecimento por sua capacidade de alongar-se para o futuro e desdobrar-se ao passado. Dessa dualidade, resulta o fato de o acontecimento ser explicável e ao mesmo tempo explicativo. “O acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica: por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (QUERÉ, 2005, p. 60).

Ao entender o acontecimento como algo que irrompe é como se ele representasse o desequilíbrio numa situação de equilíbrio, ou seja, numa ordem dada, daí resultando inclusive sua potência transformadora. É que, ao impor a instabilidade, os acontecimentos requerem a revisão de quadros de sentidos instaurados e abre-se então a possibilidade para outras leituras dos fenômenos que ultrapassam os enquadramentos cristalizados.

Contudo, há uma noção de ordem implícita aí que, a meu ver, deve ser revista para conectar o conceito com algumas preocupações contemporâneas em torno da reificação do conceito de sociedade. A vida social é feita de acontecimentos – entrelaçados às nossas mais corriqueiras visões e experiências do/no mundo vivido – aos quais muitas vezes é difícil atribuir uma ordem. Como nos diz Frederich Barth (1992), em sua crítica radical ao conceito de sociedade, a vida social é caracterizada pela desordem, pelo fluxo

das interações. A ordem é efeito emergente e não causa imanente. Assim como assinalou Aristóteles em sua Poética,

Nossas impressões sobre a vida humana são colhidas uma a uma e permanecem, para a maioria de nós, frouxas e desorganizadas. Entretanto, encontramos constantemente coisas que subitamente coordenam e trazem a foco uma grande quantidade dessas impressões. (ARISTÓTELES citado por GEERTZ, 1978, p. 318).

A narrativização que ocupa os meios de comunicação – jornalística ou não, especializada ou não – segue a lógica do que Aristóteles chamou de acontecimentos típicos posto que não se propõem a contar só o que aconteceu, mas aquilo que está sempre acontecendo. É, por isso, que a relação entre acontecimento-existencial – aquele que está inscrito no terreno do sensível e da experiência concreta do mundo – e acontecimento-objeto – aquele que é dotado de significação posto que é objeto de escrutínio ou de enquete e, portanto, de interpretação (QUERÉ, 2012) ganha tanta importância, pois é ela que constituirá o ordenamento do real, pela via da narrativização, buscando fazer emergir um mundo dentre tantos possíveis.

A tal perspectiva, que exalta de antemão uma positividade transformadora do acontecimento por sua capacidade de afetação e exigência de narrativização, eu agregaria um vetor de poder, ressaltando também que tal processo engendra disputas de sentido ao colocar em cena vários enquadramentos de uma mesma questão. Assim, para além de prever a produção de uma nova ordem a partir do acontecimento, é preciso, a meu ver, acentuar os antagonismos que estruturalmente perpassam as interações – não como um determinante delas, mas como algo que está *em jogo* e *no jogo* não

somente de uma perspectiva exterior que as atravessa, mas como algo que está dentro dos sujeitos que a compõem – e que estabelecem, a partir do desordenamento inerente à experiência do mundo e dos outros, formas possíveis de lê-lo e, conseqüentemente, de vivê-lo.

Portanto, ao situar os símbolos no campo social, há modos de interpretação em disputa de sentido. Laclau e Mouffe (2004) descrevem a disputa hegemônica como uma disputa num campo discursivo, mais amplo que os limites da classe – conceito um tanto rígido na teorização marxista clássica e mesmo ainda no pensamento de Gramsci que os inspira.

A disputa pressupõe uma rearticulação hegemônica permanente, devendo ser pensada no mundo contemporâneo ao nível das superfícies discursivas. A hegemonia é uma construção de linguagem na qual suas ambiguidades são admitidas como fator explicativo. Sob a visão desconstrutivista de Derrida, os autores veem o signo tanto como traço daquilo que ele substitui (rastro) quanto como traço daquilo que ele não é (diferença). Decorre disto a ambiguidade discursiva, consistindo a luta hegemônica em tentar consagrar certas interpretações como válidas – o centro que detém o fluxo das diferenças ou pontos nodais – bem como em fornecer uma aparente unidade àquilo que em si mesmo é diverso. Assim sendo, o ponto de observação da realidade social escolhido por eles localiza-se no campo da articulação, devendo renunciar à sociedade como totalidade fundante de seus processos parciais:

Devemos, pois, considerar a abertura do social como constitutiva de uma “essência negativa” do existente e às diversas “ordens sociais” como tentativas precárias e em última instância falidas de domesticar o campo das diferenças. Nesse caso, a

multiformidade do social não pode ser apreendida por meio de um sistema de mediações, nem pode a “ordem social” ser concebida como um princípio subjacente. Não existe um espaço suturado que possamos conceber como uma “sociedade”, já que o social precisaria de essência. (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 132).

O discurso (singular no sentido conceitual, mas sempre plural na realidade empírica) seria a tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro - um ponto nodal - fornecendo ao real uma aparente unidade. O ponto nodal é, precisamente, o significado que se torna privilegiado numa articulação discursiva, que consegue se estabelecer como hegemônico, fixando-se em uma cadeia: na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura⁸⁸.

Na medida em que se refere a objetos somente acessíveis por meio de recursos comunicativos, não poderia deixar de aludir aos princípios constitutivos do “discurso”, desde que na compreensão desse elemento haja um esforço em ultrapassar o nível das características, formas e estruturas linguísticas, para entrar no campo

88 As influências teóricas que mobilizam a revisão proposta por Laclau e Mouffe são três (elencadas pelos próprios autores no prólogo à primeira edição em espanhol *Hegemonía y estrategia socialista*): 1) a crítica ao essencialismo filosófico, consubstanciada na recusa à chamada metafísica da presença (o que inclui a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein, a afirmação da faticidade e historicidade do ser no pensamento de Heidegger e a crítica pós-estruturalista à fixidez da relação significativa/significado na constituição do signo); 2) o novo papel dado à linguagem na estruturação das relações sociais; 3) a desconstrução da categoria de “sujeito” no que diz respeito à construção das identidades coletivas.

da ideologia. É exatamente a tentativa de consenso, que se dá no contexto da pluralidade e dos conflitos entre os grupos sociais, que constitui a prática articulatória de que falam Laclau e Mouffe, a disputa hegemônica⁸⁹. Prática a partir da qual os significados podem assumir outros sentidos. Mas reconhecer que o sentido e as práticas articulatórias são posicionais e contingentes não elimina o pressuposto como fazem entender os autores – de que essas novas posições não se dão num vácuo, e sim sobre uma teia de outras representações e significados já existentes. Ao conflito e à busca do consenso, portanto, seguem-se a objetivação e a ancoragem (num processo dinâmico e conflitivo) do novo sobre o “estabelecido”. Não é a pobreza de significados, mas, ao contrário, a polissemia que desarticula uma estrutura discursiva. Assim, as duas condições para uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam.

No caso do debate midiático em torno da construção de Belo Monte e mesmo no caso amplo da chamada questão ambiental tais condições são facilmente notáveis. No entanto, também nos dois casos, pode-se dizer que estamos diante de um quase acontecimento, na medida em que “a grande catástrofe” é só uma eminência, mas a sua experiência, no plano narrativo, afeta a vida cotidiana das pessoas e seu modo de estar no mundo, além de mobilizar disputas políticas. Quase acontecer, portanto, não é um não acontecer, é um modo de acontecer, valendo investigar essa *quasidade* do

89 É nesse sentido que os autores reconhecem a maior contribuição de Gramsci ao avanço teórico e político da esquerda. Ele foi o único pensador da Terceira Internacional capaz de substituir o conceito de representação pelo de articulação, ou seja, a aceitar tanto a diversidade estrutural das relações nas quais os agentes sociais estão imersos, quanto o fato de que o grau de unidade que possa existir entre as mesmas não é expressão de uma essência comum subjacente, mas sim a resultante de uma luta e construção políticas.

acontecimento (VIVEIROS DE CASTRO, 2011). É algo sobre o que se fala (passível de narrativização), mas que ainda não aconteceu como fato.

O quase acontecimento é o acontecimento cuja existência é estritamente narrativa. A morte é um exemplo de quase acontecimento. Nas sociedades ameríndias, por exemplo, a afetação causada pelo encontro com os espíritos na floresta, que podem distrair e atrair os vivos para o mundo sobrenatural é uma experiência chocante que precisa ser narrativizada. Entretanto, Viveiros de Castro aproxima tal experiência nas sociedades complexas com o encontro com o Estado (ser parado pela polícia, ser perseguido pelo leão do Imposto de Renda), já que o Estado é antítese do parentesco: diante dele somos todos iguais, todos não-pessoas. O Estado é a alteridade absoluta para nós e no encontro com as forças da ordem impessoal por ele imposta ocorre uma “desposseção subjetiva”. O que está em disputa, portanto, é a condição de sujeito, pois é ela o que pode definir uma situação⁹⁰.

A questão pública do meio ambiente pode ser pensada como um dos grandes quase acontecimentos contemporâneos e constitui atualmente uma agenda estratégica para as coletividades humanas

90 A definição de situação é um termo importante na economia explicativa do chamado interacionismo simbólico que tem por pano de fundo a filosofia pragmatista e que muito contribuiu para as análises fenomenológicas da vida social. Foi William I. Thomas quem a cunhou para designar tanto as tentativas idiossincráticas do indivíduo de se orientar numa situação atípica quanto sua aceitação da “definição” culturalmente preestabelecida de situações típicas. Segundo o autor, nossas ações são precedidas por um estágio de exame e deliberação no qual se rivalizam a definição individual espontânea da situação e a definição provida pela sociedade. O indivíduo tende para a seleção hedonista – prazer primeiro – e a sociedade para a seleção utilitária – segurança primeiro (THOMAS, 2002). A conexão teórica entre quase acontecimento e definição de situação é um dos eixos estruturadores da pesquisa, no entanto, sua apresentação aqui ultrapassa a questão recortada para este artigo.

(LOPES, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; DUPAS, 2007). Em âmbito acadêmico, ela desvela fronteiras de estudo que tornam a observação antropológica de nosso próprio mundo algo possível e, indo mais longe, guarda uma potência transformadora da cultura intelectual que sustenta as distinções e especializações do saber.

É cada vez mais pertinente a discussão dos padrões de ação humana sobre a natureza em face de temas como as mudanças climáticas e o aquecimento global, o fim de certos recursos naturais, a intervenção genética como forma de ampliar a produtividade, o desaparecimento de espécies animais e vegetais e a ameaça de destruição de biomas. Se, por um lado, a intensidade com que tais discussões recentemente têm sido *mediatizadas* confere à questão ambiental particular urgência, por outro, é preciso entender como o tratamento da questão ocorre a fim de ver de que maneira se desenham os interesses dos atores envolvidos e suas possíveis implicações para o debate público, a qualidade da informação, a formação e reconfiguração de imaginários e o grau de abertura da discussão à participação de várias vozes.

A catástrofe final não aconteceu, mas o seu debate, acionado por um conjunto de indícios que vão desde descobertas científicas, fenômenos naturais e modos de organização social e política, instaura um campo problemático – conceito que Queré toma de empréstimo de Deleuze. Um dos aspectos mais relevantes descortinado pelo debate diz respeito às relações natureza-cultura. Beck (1992, p. 80) chamou de sociedade de risco ao atual momento da modernidade reflexiva e avaliou que nele assistiríamos ao “fim da antítese entre a natureza e a sociedade” a partir da “multiplicação de situações de risco”, fazendo com que a natureza – o que é dado, atribuído, passível de ser subjugado, alheio, não-sociedade – pudesse ser vista como produto histórico.

Bruno Latour (1994) oferece-nos um ponto de vista correlato, mas distinto. Na história da cultura, a modernidade é ordinariamente associada à invenção do humanismo, a irrupção das ciências e à secularização das visões de mundo. O autor identificou um movimento subjacente a este que, na perspectiva de sua longa duração, teve papel instituidor disto que caracteriza o moderno no Ocidente: o trabalho de depuração que resulta na distinção crítica entre humano e não-humano, entre natural e social.

Ao caracterizar o que chamou de “crise”, o autor mostra como as pautas dos jornais diários misturam política, discurso e ciência numa operação em que natureza e cultura, não obstante as tentativas de separá-los em ordens de fatos diferentes, relacionam-se de maneira impura. Latour afirma que:

se os fatos não ocuparem o lugar ao mesmo tempo marginal e sagrado que nossas adorações reservam para eles, imediatamente são reduzidos a meras contingências locais e míseras negociatas. Contudo, não estamos falando do contexto social e dos interesses do poder, mas sim de seu envolvimento nos coletivos e nos objetos (LATOURE, 1994, p. 10).

Reivindicando então que as redes são o real, ou seja, o entrelaçamento entre a natureza ou fato, o discurso ou narração dos fatos e as coletividades e seus jogos de poder, só não as enxergamos em sua tessitura inteiriça de natureza-cultura porque somos modernos e separamos, distinguimos, depuramos e especializamos o entendimento do real.

A modernidade produziu fenômenos e, ao mesmo tempo, um discurso (científico) para justificá-los que parecem hoje incompatíveis com a proliferação dos híbridos, ou seja, de quase-objetos e

quase-sujeitos que localizam-se antes da divisão natureza-cultura, sendo em parte natureza e em parte cultura. Contra o modelo instável do relativismo cultural, o autor propõe a ideia de um multinaturalismo que traz uma consequência duplamente significativa: “(a) a natureza não é natural, mas feita; (b) a cultura não é cultural, mas... real. Tão real quanto a natureza, qualquer que seja o nível em que nos situemos” (LIMA, 1999, p. 44).

É possível então falar simetricamente de nós como dos outros sem acreditar nem na razão nem na crença, respeitando, ao mesmo tempo, os fetiches e os fatos (LATOURE, 2002). No entanto, o pensador crítico, o político, o governante, o empresário normalmente não conseguem realizar tal operação. Para eles, está na lista

de objetos-encantados tudo aquilo em que eles não *acreditam mais* – a religião, é claro, mas também a cultura popular, a moda, as superstições, a ideologia, etc. - e, na lista dos objetos-causa, tudo aquilo em que *acreditam convictamente* - a economia, a sociologia, a linguística, a genética, a geografia, as neurociências, a mecânica, etc. Reciprocamente, eles vão compor seu polo sujeito, inscrevendo no crédito todos os aspectos do sujeito pelos quais têm consideração – responsabilidade, liberdade, inventividade, intencionalidade, etc. - e no débito, tudo o que lhes parece inútil ou maleável - os estados mentais, as emoções, os comportamentos, as fantasias, etc. (LATOURE, 2002, p. 35).[grifos do autor].

Frente a tais delineamentos, surge a grande questão em relação ao objeto de estudo em foco no presente artigo: como a relação social-ambiental tem constituído a definição de situação no quase acontecimento de Belo Monte?

As visões de desenvolvimento e sustentabilidade em disputa: Brevíssima caracterização do quase acontecimento Belo Monte⁹¹

Historicamente, o marco da construção do complexo de usinas no Rio Xingu remonta a meados dos anos 1970 e os primeiros estudos de viabilidade de barramentos na região amazônica. Naquela época, levar o desenvolvimento à Amazônia, uma “região esquecida”, significava aprofundar o modelo econômico de substituição de importações, gerando grandes investimentos em insumos básicos e absorver a maior parte dos recursos externos captados para esse fim. Na década de 1980, a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte S/A) propôs a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira com a construção de três centrais e uma capacidade total de geração de energia de aproximadamente 11 megawatts por mês, o que, considerando-se as oscilações entre cheias e secas, resultaria numa média de 4 megawatts/mês.

Desde então, os diversos governos tentaram iniciar as obras, mas enfrentaram uma batalha técnica, jurídica, política e socioambiental que colocava, sob suspeita, a viabilidade do projeto, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade socioambiental. A partir de 2000, a atuação da sociedade civil por meio de ONGs, movimentos sociais, lideranças indígenas e populares, grupos ligados à igreja, cientistas, especialistas na questão ambiental e o Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA) intensificaram sua atuação contrária à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, tendo como principais argumentos a defesa dos direitos das populações afetadas pelo empreendimento.

91 Síntese feita com base em Pont Vidal (2005), sites e documentos consultados identificados nas referências.

Como contraponto, principalmente a partir de 2007, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ação governamental para a instalação da hidrelétrica também se instaura de forma mais decisiva e incisiva, norteadas pelo que Zhouri (2011, p. 14) vem chamando de paradigma da adequação ambiental.

Neste, a obra assume lugar central, apresentando-se de forma inexorável. O ambiente é percebido como externalidade, ou seja, enquanto paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico. Nesse processo, arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigadoras e compensatórias cumprem a função de adequação. (ZHOURI, 2011, p. 14).

Com base nessa visão, instaurou-se um verdadeiro *front* de combate em torno do licenciamento ambiental que na visão de Zhouri (2011, p. 14) é “um campo de conflitos em torno da apropriação social da natureza”. Em 2009, a Fundação Nacional do Índio autoriza a construção de Belo Monte, antes mesmo da finalização e dos resultados conclusivos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Foi ainda, em 2009, que teve lugar um debate sobre Belo Monte em Washington, o II Encontro dos Povos da Volta Grande do Rio Xingu e a realização de audiências públicas para discutir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, no qual se inscreve a construção de Belo Monte (consideradas insuficientes pelo MPF/PA, por organizações da sociedade civil e lideranças indígenas e comunitárias).

Apesar das manifestações públicas e dos dados sobre a inviabilidade do empreendimento, em dezembro de 2010, o IBAMA

(Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concede a Licença Prévia (LP) da obra, o que significa dizer a aprovação da localização e concepção do empreendimento. Em janeiro de 2011, foi concedida a Licença de Instalação (LI) para instalações provisórias, aquelas que dão suporte à obra propriamente dita, e em junho de 2011, a LI para a construção da Usina. Segundo a visão do MPF/PA e das organizações da sociedade civil, o governo brasileiro autorizou o início das obras sem que 66 condicionantes das apontadas no EIA estivessem resolvidas (40 de caráter ambiental e 26 indígenas), incluindo a consulta às comunidades concernidas pela obra.

Nota metodológica

O objeto empírico sobre o qual me debrucei consistiu na análise das diferentes modalidades da relação natureza-cultura construídas no debate em torno de Belo Monte em quatro veículos diferentes: a Revista *Veja* (1989-2011)⁹², *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão (uma série especial de reportagem 2011 exibida em 23/08/2011, 25/08/2011 e 26/08/2011)⁹³, do site

92 A pesquisa foi realizada no arquivo digital da revista VEJA, no qual foram recuperados um total de 30 registros, assim distribuídos por ano: 1 (1989); 4 (2007); 3 (2008); 1 (2009); 12 (2010); 9 (até 08/06/2011).

93 Na pesquisa feita no site: www.globo.com foram recuperados 27 registros do tema “Belo Monte” entre 21/05/2008 e 16/12/2011). Destes, 5 só trazem citações a Belo Monte. São, portanto, 22 reportagens sobre a construção da Usina no total: 3 (2008); 7 (2010); 12 (2011). As reportagens de 2008 são sobre o “ataque” ao engenheiro da Eletronorte; as de 2010 enfocam a licitação da obra; só em 2011 é que os da controvérsia ganham espaço.

Movimento Xingu Vivo Para Sempre (www.xinguvivo.org.br)⁹⁴, do qual foram analisadas 7 cartas coassinadas pelas organizações membro e do blog Belo Monte de Violências (<http://belomonteviolencias.blogspot.com>)⁹⁵. O recorte temporal compreende, no caso de *Veja*, um período mais extenso, buscando ver em quais momentos o debate ganhou maior visibilidade e com quais conteúdos. Os demais lócus de observação ganharam um tratamento mais sincrônico, considerando especialmente os anos mais recentes, quando o debate público de Belo Monte ganha abrangência massiva na imprensa brasileira. *Veja* e *Jornal Nacional* representam a chamada “grande mídia”, pois são, respectivamente, a revista e o jornal televisivo de maior penetração no Brasil. O site e o blog escolhidos representam vozes de protesto e resistência contra a construção de Belo Monte de notável visibilidade pública⁹⁶.

O material foi primeiramente mapeado e sistematizado na forma de um banco de dados de dupla entrada. Nas colunas, foram organizadas as categorias a serem observadas nos materiais, sendo

94 O Movimento Xingu Vivo é uma organização que congrega diversas organizações sociais de diferentes origens que atuam na Amazônia ou ligadas a causas ambientais em nível nacional e internacional. Sua articulação aconteceu após o Encontro Xingu Vivo Para Sempre em 2008. Para captar a visão dos movimentos que o integram, optei por priorizar as cartas divulgadas no *site* (um conjunto de 7 textos) e em outros meios de comunicação, normalmente coassinadas por várias das organizações-membro no período de maio/2008 a junho/2011.

95 O *blog* pertence ao procurador do Ministério Público Federal do Pará, Felício Pontes Jr, e foram observadas especialmente as colunas: Histórico (que congrega uma série de 10 artigos publicados na imprensa paraense com um histórico do caso a partir do ano 2000) e Artigos (que congrega 4 artigos publicados em diversos meios).

96 Fazem parte do escopo da pesquisa, além destes, a *Folha de São Paulo* (jornal impresso de maior circulação nacional), o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (www.mabnacional.org.br), além de um conjunto de vídeos e de falas/perfis em redes sociais.

elas: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Progresso. Busquei ainda observar como se constituem as visões do Outro, ou seja, as visões recíprocas das forças antagônicas e como são apresentadas as relações Natureza-Cultura ou Natureza-Sociedade. Nas linhas, foram anotados os dados da fonte, tais como: autor da fala; lugar de fala; veículo. Buscando compreender o papel de vários grupos sociais em disputa – especialmente lideranças políticas, técnicas, empresariais, intelectuais, locais, comunitárias, indígenas – o objetivo é lançar luz sobre o papel articulador de certas formas de pensar, de ver e de experimentar o quase acontecimento. Portanto, não obstante o material empírico trabalhado seja composto por textos, o que importa deles reter é que são, antes de mais nada, “práticas de sentido” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) fundamentais para a análise como “sociograma vernacular” (MARTINS, 2008) que documenta as relações e as posições sociais numa descrição verbal de proximidades e distâncias presentes nas interações.

Lugares da natureza-cultura

A visão dos movimentos sociais e do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) que atuaram e ainda atuam contra a construção da usina de Belo Monte pode ser exemplarmente notada no *site* do Movimento Xingu Vivo e no *blog* Belo Monte de Violências. As informações neles veiculadas, além de reveladoras de suas posições, reverberaram nas redes sociais e também na “grande mídia”.

A atuação do MPF-PA no caso começa no ano de 2000 observando ilegalidades na condução do processo de licenciamento. No conjunto, foram 12 ações civis públicas impetradas contra o governo. Tal nível de ativismo por parte do MPF-PA não ocorre no vácuo e nem é fruto de um acaso. Num de seus textos, relatando o histórico do caso, destaca Pontes Jr.:

Altamira possui o movimento social mais atuante da Amazônia. Os colonos que chegaram com a abertura da Transamazônica, e conseguiram sobreviver à propaganda enganosa da ditadura militar, se juntaram aos povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos, somando forças contra principalmente fazendeiros e madeireiros, normalmente financiados pela Sudam e pelo Banco da Amazônia. Esse confronto fez a região produzir vários líderes importantes como Ademir Federicci (o Dema), Bartolomeu Silva (o Brasília), e Irmã Dorothy. Todos foram mortos no embate contra um modelo insustentável de desenvolvimento. Conheci todos eles. (...). [(Procurador da República, Dr. Felício Pontes Júnior, 2000)].

Mesmo considerando tal nível de engajamento das lideranças locais somadas ao esforço do Painel de Especialistas que analisou os resultados do EIA, tudo foi desprezado pelo governo e empresas, especialmente as questões indígenas e as contribuições das audiências públicas. Segundo Felício Pontes Jr, “o governo simplesmente não deu a mínima para questões que colocavam em xeque a viabilidade do projeto. O objetivo era obter a Licença Prévia, e só”. O mesmo modelo de desenvolvimento se repete no Pará:

A floresta vira carvão para alimentar os fornos das guseiras. Ou soja para alimentar os porcos da Europa. Ou pasto para formar a ineficiente equação de um boi/hectare. Ou é inundada para produzir energia para empresas de outros países... (Felício Pontes Jr, artigo publicado pelo *Diário do Pará* em 07.09.11).

O verdadeiro potencial da região é o desenvolvimento local, integrado com a Floresta:

Tudo isso acontece justo agora que a região vem investindo em seu verdadeiro desenvolvimento econômico; justo agora que os projetos de reflorestamento começam a dar resultado; justo agora que ela se tornou a maior produtora de cacau do Brasil; justo agora em que uma fábrica de chocolate e pequenas usinas de beneficiamento de frutas e óleos vegetais se instalaram. (Procurador da República, Felício Pontes Jr., 2011).

Nos textos do Movimento Xingu Vivo, há dois eixos de ação importantes: o primeiro é desfazer a visão de que os direitos dos índios são contrários ao desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento de um país não se mede apenas por seu crescimento econômico, mas também pela maturidade de suas instituições e capacidade destas em representar a nação,

Um país no qual um de seus principais tribunais fecha os olhos para as muitas irregularidades de um processo sob o pretexto de que isso é necessário para o desenvolvimento, tem um futuro sombrio. Como pode haver desenvolvimento sem respeitar as regras mínimas estabelecidas? (Nota do MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE acerca do leilão da UHE de Belo Monte).

O outro eixo de ação é propor um outro modo de desenvolvimento econômico. Os dizeres de um cartaz empunhado por ribeirinhos em manifestação contra Belo Monte resume tal

posição: “Desenvolvimento **sim!** De qualquer jeito **não!**” (ênfases mantidas):

Um outro desenvolvimento [é] possível na Amazônia do século 21, partindo dos anseios das populações locais e pautado em princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e inovação econômica, com valorização da biodiversidade e dos serviços ambientais. Assim, experiências inovadoras como o Plano BR-163 Sustentável, construídas com forte protagonismo da sociedade civil, são abandonadas em favor do desenvolvimentismo convencional das mega-obras do PAC. (Carta à Presidente Dilma, 08/02/2011).

Na visão das entidades e grupos sociais que compõem o movimento, os investimentos necessários para um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável para a região localizada na área prevista para a construção da Usina são: a consolidação do projeto de agricultura familiar por meio do ordenamento fundiário e ambiental, da infraestrutura para os assentamentos, da recomposição do passivo ambiental, da melhoria da qualidade de vida dos moradores das áreas rurais e urbanas, assim como a implementação das Reservas Extrativistas. As palavras social e ambiental são inseparáveis nos discursos do movimento.

Já nas reportagens de *Veja*, é possível perceber vários movimentos e posicionamentos distintos ao longo do tempo, porém, há uma linha condutora que preside a leitura: a desqualificação da participação social dos indígenas no caso. A separação natureza-cultura, essa distinção artificial que os modernos operam, faz situar o índio no polo natureza e, portanto, como entes naturais, eles não são portadores de direitos e seu destino está à mercê dos brancos. Assim, quando os índios se organizam para lutar por seus direitos, há duas grandes chaves de leitura: a selvageria e a cooptação.

O cenário é maniqueísta. O mal são os ambientalistas – engenheiros florestais brasileiros e “*lobbyistas*” norte-americanos que negociam investimentos na Amazônia – e os índios por eles cooptados (pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI e pela Comissão Pastoral da Terra) que se uniram num ritual *a la woodstock*, “a taba dos ecologistas”, onde “sentaram para fumar o cachimbo da paz e bradar contra a construção da hidrelétrica” (O GRITO..., 1989, p. 46-49). O bem é o pessoal da Eletronorte, principalmente seu corpo diretivo, vítimas dos ataques dos selvagens.

O primeiro episódio foi o da índia Tuíra que “atacou” com um facão no rosto de José Antônio Muniz Lopes porque este defendeu “entusiasmado” o projeto da hidrelétrica Kararaô. Segundo a revista, a índia “gritava incompreensíveis frases em caiapó”: “não queremos o progresso”. Quase 20 anos depois, ao reportar confrontos entre indígenas e Eletrobrás, notam-se os mesmos enquadramentos. Desde a primeira frase da matéria: “As cenas de um grupo de selvagens amazônicos atacando o engenheiro Paulo Fernando Rezende da Eletrobrás, rodaram o mundo da semana passada” (SOARES, 2008, p. 64). Desta vez, os índios foram incitados pelos ambientalistas (“brancos selvagens” segundo a revista) com a intenção de impressionar jornalistas estrangeiros.

Segundo a revista, um vídeo circulou na internet por obra de ONGs com a cena de Tuíra; outro vídeo flagrou integrantes das entidades que organizaram o evento, dentre eles um padre comprando facões acompanhado de um índio. Àquela altura, a atuação do MPF-PA em relação ao direito dos indígenas serem ouvidos e informados é lida como um empecilho ao início dos estudos, um ato de vontade e obscurantismo para que não se estudem os impactos. Mas, os argumentos agora se complexificam e apresentam contradições entre a visão privatista e as pressões democráticas já que a

ordem liberal é facilmente absorvida do ponto de vista econômico, mas traz em seu bojo a defesa das liberdades no campo dos direitos.

Assim, nos informa a Revista, “como a obra é considerada estratégica pelo governo, os estudos são imprescindíveis. *Ainda mais porque a construção de barragens é considerada por especialistas de todo o mundo a mais prejudicial entre as intervenções humanas na natureza (...)*. A redução do lago que será formado já foi reduzida de 18.000 quilômetros quadrados para os atuais 440. Note-se que foram as pressões dos índios e ambientalistas que produziram esse e outros avanços. Tudo isso só demonstra a importância do debate” (SOARES, 2008, p. 65, ênfase minha).

Os polos natureza e cultura são tão separados que, quando indígenas adotam hábitos modernos, isso parece antinatural, “traumático”, nas análises da Revista:

Mais complicado que defender o verde contra uma usina, porém, é a defesa da própria civilização indígena. A uma década do século XXI, o ingresso dos nativos no dia-a-dia do mundo moderno tem sido, e será traumático. (...) O índio quer preservar o verde, quer manter a posse de sua terra que são direitos legítimos. O homem branco também quer preservar o verde, e somente um maluco pensaria em colocar fim aos índios dizimando-os. Mas o progresso tecnológico é inevitável. Vai além da ecologia a passagem do índio para esta época de aviões e radiografadores. (SOARES, 2008, p.49).

As visões de desenvolvimento propagadas na Revista também enfatizam a separação entre natureza-cultura, na medida em que o crescimento econômico aparece como algo oposto aos direitos indígenas. A leitura de Delfim Neto, em entrevista das páginas amarelas na qual cita o caso de Belo Monte, é emblemática dessa visão:

O setor privado precisa de duas garantias para investir: a de que haverá crescimento e a de que não faltará energia. Se houver essas duas garantias os investimentos virão. Veja o caso do complexo hidrelétrico Belo Monte, no Rio Xingu. Por mais nobre que seja a questão indígena, é absurdo exigir dos investidores que reduzam pela metade a potência de energia prevista num projeto gigantesco porque doze índios cocorocós moram na região e um jesuíta quer publicar a gramática cocorocó em alemão (ENTREVISTA...1993, p. 14).

A partir de 2007, quando o tema ganha maior espaço na Revista, os argumentos apresentados, favoráveis à construção da usina, tornam-se mais sofisticados. A oposição central é desenvolvimento (pensado como crescimento econômico) *versus* preocupação ambiental. Um dos principais argumentos é o consumo de energia no Brasil que cresce à razão de 5,5% ao ano e gerar mais energia (SOARES, 2008, p. 64). A tecnologia é a grande bandeira para salvação da natureza. Há um tom de alerta em relação aos perigos das hidrelétricas na Amazônia por “seu ecossistema delicado” (palavras de David Levojoy, acusado de negociador dos interesses norte-americanos na reportagem de 1989). Mas, a moral da história é que tudo será diferente porque a tecnologia construtiva a ser empregada em Santo Antônio, Jirau e Belo Monte é avançada e minimizará todos os possíveis danos ambientais que as usinas e os seus lagos poderão causar.

O mesmo fundamento – necessidades energéticas do Brasil *versus* direitos das populações atingidas especialmente dos indígenas e ribeirinhos – pode ser percebido na série de reportagens sobre Belo Monte no *Jornal Nacional (JN)* (23/08/2011; 25/08/2011 e 26/08/2011), [programa noticiário exibido na Rede Globo]. A vazão reduzida da água na Volta Grande do Xingu é apresentada

como o grande problema na visão dos índios. Mas segundo a razão técnica, este problema também está resolvido. A vazão da água no Rio Xingu, denominada de “vazão ecológica,” é uma condicionante que será respeitada com a diminuição do desvio do rio para alimentar o reservatório ou até mesmo a paralisação da Usina na época de seca. Entretanto, as reivindicações são um pouco mais extensas e complexas do que isso. Segundo o Movimento Xingu Vivo, a subestimação de impactos sociais e ambientais ocorre por falhas crônicas na:

- a) adoção de conceitos de “atingidos” que desconsideram as relações específicas de populações tradicionais com as florestas, várzeas, igapós e rios da Amazônia (...)
- b) sub-dimensionamento de problemas associados à chegada de milhares de migrantes na busca de empregos nos canteiros de obras (...)
- c) redução artificial das áreas geográficas impactadas pelas hidrelétricas nos estudos de impacto ambiental (EIA) (...)
- d) sub-estimação e negação de impactos sociais e ambientais, e riscos associados (...)
- e) falta de abordagem nos EIAs de impactos cumulativos com outros empreendimentos (...)
- f) mudanças nos projetos de engenharia e localização de projetos (...) (Carta à Presidente Dilma, 08/02/2011 – ênfases retiradas)

Voltando à reportagem e seu jogo informacional que imita a técnica cinematográfica do campo e contra campo, vê-se por um lado, o argumento de que “sem água não há comunidade” (índio não identificado) se opondo ao de que “o nosso país está crescendo e necessita de aproximadamente cerca de 7.000 megawatts por ano

nos próximos 10 anos para permitir esse crescimento econômico e o desenvolvimento do nosso país” (Altino Ventura, secretário de planejamento Ministério de Minas e Energia). Como os índios lutaram por seus direitos: “com facões” – os enfrentamentos entre indígenas e corpo diretivo da Eletronorte de 1989 e 2008 voltam à cena.

Outro elemento acionado na narrativização da grande mídia sobre os índios e direitos indígenas é uma imagem de inocência fingida como se atuassem o papel de “bons selvagens”. O líder indígena caiapó Cacique Ireô entra em cena: “Quem sabe não vai acontecer a guerra. Branco morre. Índio morre. Até o final eu quero ver acontecer esse barramento” (JORNAL NACIONAL, 26/08/2011). Nota-se também essa imagem em pequenos comentários como o que sucede uma frase do cacique Raoni na seção Radar de Veja: “o presidente Lula me disse que não ia assinar a construção de Belo Monte. Fico preocupado: será que ele falou a verdade pra mim? Do Cacique Raoni que não conhece os desvãos da política”. A visão sobre a participação dos estrangeiros, especialmente de celebridades, no debate – Sting, Signey Weaver, James Cameron e Arnold Schwarzenegger – também reforça essa imagem, na medida em que os índios parecem fazer parte de um cenário de exotismo que “seduz” maliciosamente o olhar estrangeiro⁹⁷.

97 Após leilão de licitação, ocorrido em 20/04/2010 com a vitória do consórcio capitaneado pela estatal Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e não pelas grandes empreiteiras tradicionalmente envolvidas na execução de megaprojetos de infraestrutura, a revista passa a questionar a lisura das empresas ganhadoras, a viabilidade de Belo Monte e desferiu duras críticas ao governo. A entrada da Vale no Consórcio parece não ter sido suficiente, num primeiro momento, para mudar a nova trajetória de críticas à obra na revista *Veja*. Com efeito, no ano de 2011, a Revista reassume uma postura pró Belo Monte. Um dos sinais mais evidentes foi a crítica a um vídeo com celebridades globais que se posicionaram contra a construção da Usina, capa da edição de 12/07/2011.

Na tabela 1, abaixo, apresento uma síntese dos argumentos presentes em cada veículo ou fonte de pesquisa analisada:

Tabela 1 – Síntese dos argumentos veiculada na mídia

Blog Belo Monte de Violências	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
<ul style="list-style-type: none"> - Efervescência política de Altamira vem de uma tradição de líderes locais contra modelo de desenvolvimento do Estado e do mercado - Defesa de modelo de desenvolvimento local, explorando potencialidades da região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos indígenas não são obstáculo ao desenvolvimento: pensar uma nação diversa e conseguir reconhecer os direitos de todos é que significa desenvolvimento - Defesa de um modelo de desenvolvimento calcado na agricultura familiar e ordenamentos jurídicos, ambientais e sociais que o preservem.
Revista Veja	Jornal Nacional
<ul style="list-style-type: none"> - Desqualificação da participação social dos indígenas em 3 chaves: cooptação, selvageria e inocência fingida (nas três, o índio está localizado no polo natureza) - Cenário de mocinhos e bandidos: crescimento econômico x direitos indígenas - Tecnologia como grande bandeira salvaçãoista - Tensões ao longo do tempo, especialmente entre uma lógica liberal (facilidade de acolhê-la do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista dos direitos) e participação do Estado no empreendimento em lugar das grandes empreiteiras privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidades energéticas do país x direitos indígenas - Os grandes problemas que envolvem a construção da Usina são apresentados: vazão da água, migração em massa e seus efeitos e são também RESOLVIDOS nas reportagens. - Tecnologia como solução dos problemas

Fonte- Elaborada pela autora (2012).

Já a tabela 2, sintetiza as visões em articulação e disputa hegemônica de sentido no caso da controvérsia em torno da construção de Belo Monte.

Tabela 2 – Visões antagonônicas em articulação e seus enquadramentos midiáticos sobre Belo Monte (continua)

Visões	Pró Belo Monte	Contra a Belo Monte
Categoria		
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Governo e Norte Energia não vão gerar danos sociais nem ambientais; - Crença nas soluções tecnológicas para os problemas (minimização e mitigação dos impactos) - É preciso sustentar os atuais níveis de consumo e de crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> - A observação dos modos de vida das populações locais pode auxiliar na criação de modos sustentáveis de convivência humanidade-natureza. - Hábitos de consumo podem/devem ser modificados - Matriz energética pode ser diversificada
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos dos índios são contrários ao progresso. - Todos os esforços governamentais são para satisfazer necessidades energéticas do país e sustentar taxas de crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação dos direitos de todos é sinônimo de nação plenamente desenvolvida. O desenvolvimento não se mede só pelo crescimento econômico - Caráter local, observando-se potencialidade e vocações das comunidades no relacionamento com a Floresta e sua biodiversidade.
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> - Sinônimo de crescimento econômico, similar ao otimismo iluminista. 	-

Fonte- Elaborada pela autora (2012).

Considerações finais

O debate na grande mídia vem privilegiando os interesses hegemônicos – governamental e mercadológico – de forma mais grosseira quando denomina os defensores da causa dos atingidos pela obra e da preservação ambiental como “ecochatos” (no caso de Veja, essa ênfase é mais explícita e o tom geral é o de caracterizar o movimento como um conluio *woodstockiano* entre indígenas e ambientalistas) e/ou dar um tom espetacular ao debate como se se tratasse de emoções que dividem as opiniões numa espécie de maniqueísmo simplista.

Mas há também uma maneira mais sofisticada de privilegiar aqueles interesses equacionando o dilema da seguinte forma: de um lado, as necessidades energéticas do país para o crescimento econômico e manutenção dos hábitos de consumo de um amplo espectro da população e, de outro, as necessidades de preservação ambiental à biodiversidade e proteção social e cultural ancorada no campo dos direitos, especialmente os direitos indígenas.

A equação é simples: fazer ou não hidrelétricas é escolher entre crescer ou não crescer. Logo, nessa abordagem, o contrário de crescer é não crescer. Por outro lado, para movimentos ambientalistas e lideranças comunitárias (indígenas e ribeirinhos), em seu modo de ver e dar publicidade à controvérsia, a questão é: há mais de um modo de crescer. Não menos polêmico, mas de certo modo mais obscurecido no debate é o modo como o projeto foi conduzido e o grau de participação e dissenso por ele aberto. Afinal, a destruição de sociedades indígenas em nome de alçá-las ao patamar de progresso da civilização ocidental tem deixado historicamente um rastro de subcidadania.

As visões do outro, tomando como referência, por um lado, a visão dos movimentos de resistência a Belo Monte e, por outro,

o Estado e os interesses de mercado, são respectivamente: para os movimentos anti-Belo Monte, o Estado é violento, opressor, máquina (rolo compressor) de encobrimento das diferenças, autoritário, não representa arena de disputas de interesses na medida em que há a primazia do interesse econômico sobre o campo dos direitos indígenas.

Já na visão dos poderes hegemônicos, cujos discursos têm encontrado bastante espaço na grande mídia, os índios são ora selvagens ora sujeitos cooptáveis, massa de manobra de ambientalistas e missionários; ora inocentes, ora forças demoníacas; mas sempre parcela insignificante da população sem poder político - não reconhecível nem como agente das modificações no projeto nem como parte importante da Nação.

Entendendo o debate midiático da questão ambiental no quadro da discussão sobre o acontecimento (e quase acontecimento) e seu papel na reinvenção de modalidades de ação habituais e forças estruturais cristalizadas, busco refletir sobre a viabilidade da seguinte hipótese de trabalho: a separação dicotômica do par natureza-cultura subsidia e confere força ao discurso estatal/mercadológico no debate, assim como, por outro lado, a visão que pressupõe a ontologia da relação natureza-cultura (LATOURET, 1994; 2002; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; 2011) estruturante dos discursos alternativos, minoritários e indígenas encontra obstáculos de tradução e reverberação na grande mídia, circunscrevendo-se a uma comunicação mais dirigida.

Referências

BARTH, F. Towards greater naturalism is conceptualizing societies. In.: KUPER, Adam. **Conceptualizing Society**. London: Routledge, 1992.

BECK, U. **Risk Society: towards a new modernity**. London: Sage Publications, 1992.

DUPAS, Gilberto. A questão ambiental e o futuro da humanidade. **Política Externa**. São Paulo, v.16, n.1, jun/jul/ago, 2007.

ENTREVISTA com Delfim Netto. **Veja**, edição 1993, 31 jan. 2007. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/310107/entrevista.html>>.

FRANCA, V. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

O GRITO dos caiapós. **Veja**. Ed. 1065-1068, São Paulo, p.46- 49, fev. 1989.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2.ed. en español. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Santa Catarina: Edusc, 2002.

LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna. **RBCS**. São Paulo, v.14, n.40, jun.1999.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.); ANTONAZ, D., PRADO, R. e SILVA, G. (org.). **A Ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

_____. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmático. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PONT VIDAL, J. Acción gubernamental e institucionalismo en la Amazonia brasileña. El conflicto entorno a las infraestructuras hidroeléctricas. **Estudios Sociales**, v. 18, 2010.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos**, n.6. Lisboa: ISCTE: Casa das Letras, 2005

SOARES, R. Um golpe de insensatez. **Veja**. São Paulo: n. 2062, p.40-65, 28 maio 2008.

THOMAS, William. The Definition of the Situation. In: ROUSSEAU, Nathan (ed). Lanham. **Self, Symbols, and Society: Classic Readings in Social Psychology**, MD: Rowman & Littlefield, p.103-115. 2002.

VEJA. Ed. 2225. São Paulo: Abril. 13 jul. 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O Nativo Relativo. **Revista Mana**, v. 8, n. 1, p.113-148. 2002.

_____. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. **A morte como quase-acontecimento.** Palestra proferida no Café Filosófico CPFL exibido pela TV Cultura em 16/10/2009. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/10/16/integra-a-morte-como-quase-acontecimento-eduardo-viveiros-de-castro/>>

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A (org.). **As tensões do lugar:** hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

Sites Consultados

AMAZÔNIA. Disponível em: <www.amazonia.org.br>

BLOG de Belo Monte, Norte Energia AS. Disponível em: <<http://www.blogbelomonte.com.br>>

BLOG de Felício Pontes Jr., procurador MPF/PA. Disponível em: <<http://belomontedeviolencias.blogspot.com>>

Cobertura Completa sobre Belo Monte. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/veja-cobertura-completa-do-leilao-para-construcao-de-belo-monte-20100420.html>>

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Disponível em: <<http://www.coiab.com.br>>

INSTITUTO Socioambiental. Disponível em: <www.socioambiental.org>

MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens. Disponível em:
<<http://www.mabnacional.org.br>>

MOVIMENTO Gota D'Água Disponível em: <<http://movimento-gotadagua.com.br>>

MOVIMENTO Xingu Vivo. Disponível em: <<http://www.xingu-vivo.org.br>>

ORGANIZAÇÃO dos Estados Americanos. Disponível em: <www.oas.org>

PORTAL ECODEBATE. Disponível em: <www.ecodebate.com.br>

PORTAL UOL. Disponível em: <www.uol.com.br>